

Nota do autor

O processo de revisão e ampliação deste Curso nos pareceu mais complexo do que sua própria elaboração original. No entanto, a dedicação da Editora Revista dos Tribunais em torno dessa edição caprichada e a generosa aceitação do público nos fizeram acreditar na conveniência de nova atualização, em busca de vida longa e próspera para os dez volumes da coleção.

Como novidade, incrementamos as referências aos processos julgados em instância definitiva no Tribunal Superior do Trabalho, que são listados periodicamente no Informativo editado pela Comissão de Jurisprudência daquele órgão.

São julgados que merecem particular atenção, porque, conquanto não comparecem sob a forma de enunciado de súmula, sinalizam o entendimento definitivo sobre temas contemporâneos, com os quais ainda nem todos estão familiarizados. É como se tomássemos conhecimento do texto das súmulas e das orientações jurisprudenciais alguns meses ou anos antes de sua edição.

Dada sua apresentação na forma de acórdão – e não de verbete –, foi necessário que o livro citasse o número do processo, dentro dos padrões adotados pelo Conselho Nacional de Justiça. Recomenda-se fortemente que o leitor, que queira aprofundar determinado tópico do estudo, faça uso da numeração processual, mencionada ao longo deste Curso, para localizar o julgado na página eletrônica do TST. O acesso é relativamente simples, pois o campo “pesquisa processual” aparece com destaque logo na primeira imagem do sítio eletrônico.

Afora isso, foram incorporadas a nossa obra todas as alterações normativas verificadas de 2015 em diante, inclusive a minirreforma já sofrida pelo Código de Processo Civil (Lei 13.256/2016), a ampliação dos direitos da maternidade e da paternidade (Lei 13.257/2016 e Lei 13.363/2016), bem como legislação esparsa das profissões regulamentadas e as normas regulamentadoras das autoridades trabalhistas, sobretudo aquelas ligadas ao tema da saúde e segurança do trabalho.

No caso dos trabalhadores domésticos, o leitor encontrará comentários abrangentes sobre a Lei Complementar 150/2015, que ainda desperta dúvidas e curiosidades, mas que exigiu a completa reformulação do Capítulo 8 do Volume 1 da coleção e também todas as referências ao ambiente do trabalho doméstico espalhadas pela obra.

Por fim, notamos orgulhosamente que a presente edição coincide com o aniversário de uma década do lançamento da coleção: é certo que ela não atendeu a todas as expectativas, mas esperamos que esteja em alguma parte desse caminho.

São Paulo, outono de 2017.



Sumário

NOTA DO AUTOR.....	11
CAPÍTULO 1	
INSTITUIÇÃO SINDICAL.....	15
CAPÍTULO 2	
INVESTIDURA E ENQUADRAMENTO.....	47
CAPÍTULO 3	
ADMINISTRAÇÃO SINDICAL E ELEIÇÕES	69
CAPÍTULO 4	
ASSOCIAÇÕES DE GRAU SUPERIOR E CENTRAIS SINDICAIS	83
CAPÍTULO 5	
DIREITOS DOS ASSOCIADOS	99
CAPÍTULO 6	
PRERROGATIVAS DOS DIRIGENTES SINDICAIS	109
CAPÍTULO 7	
FONTES DE CUSTEIO SINDICAL	129
Contribuição sindical	133
Contribuição confederativa.....	144
Contribuição assistencial e figuras análogas.....	148
CAPÍTULO 8	
NEGOCIAÇÃO COLETIVA	155
CAPÍTULO 9	
CONTEÚDO POSSÍVEL DA NORMA COLETIVA.....	185

CAPÍTULO 10

DISSÍDIO COLETIVO DE NATUREZA ECONÔMICA E JURÍDICA	203
Legitimidade.....	205
“De comum acordo”	210
Pauta de reivindicações.....	214
Aprovação em assembleia.....	220
Poder normativo.....	227

CAPÍTULO 11

AÇÃO DE CUMPRIMENTO	235
Comentários ao art. 872 da CLT	238
Substituição processual sindical	245

CAPÍTULO 12

OUTRAS ATUAÇÕES JUDICIAIS DOS SINDICATOS.....	251
Ações de adicional de insalubridade e periculosidade.....	253
Depósitos do fundo de garantia	255
Leis de política salarial	257
Ampliação da substituição processual	258
Ação civil pública, mandado de segurança e outros.....	266

CAPÍTULO 13

RECURSO À GREVE.....	275
Aviso-prévio da greve	281
Suspensão do contrato de trabalho	293
Serviços essenciais	296
Greve do servidor público	303

BIBLIOGRAFIA	309
--------------------	-----